



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 15

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA DEZ DE JULHO

DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos dez dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta da **Senhora Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**, por se encontrar de férias. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não houve assuntos presentes.-

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - COMPROPRIEDADE:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado pedido por **Conesa Portugal, S.A.**, na qualidade de proprietária do prédio denominado “Herdade do Paço de Cima”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1195 da Freguesia de Mora, inscrito na matriz sob o artigo 6, Secção H da mesma freguesia, com a área total de 10,7525 ha,

requerendo a emissão de parecer favorável ao negócio de compropriedade que se pretende concretizar relativamente ao mesmo. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com a redação em vigor. -----

Tendo presente o teor do parecer jurídico ref.ª C.M.Mora 59 de 23/09/2005, verifica-se que do requerimento apresentado, bem como da natureza do negócio que se visa concretizar - aquisição do prédio por dois irmãos que o pretendem explorar em conjunto - não resulta, sem mais, que ocorram os pressupostos de parecer desfavorável, referidos no nº 2 do artigo 54.º supracitado. -----

Assim, porque do requerimento apresentado não se indicia a verificação de qualquer dos fundamentos previstos para a emissão de parecer desfavorável, propõe-se que a Câmara Municipal decida não manifestar oposição ao negócio de compropriedade apresentado, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Com base nos pareceres da **Divisão de Obras e Urbanismo e Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não ver qualquer inconveniente na constituição da referida **compropriedade**, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

----- **Ponto um - dois: TOPONIMIA E ATRIBUIÇÃO DE NÚMEROS DE POLICIA - RUA DE SANTO ANTÓNIO, EM MORA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que em conformidade com os elementos anexos à presente informação propõe-se: -----

- Que seja atribuída a designação toponímica “**Rua de Santo António**” ao troço de via compreendido entre a Rua Catarina Eufémia e a Ex. EN 251 no acesso

aos últimos prédios sitos na encosta designada anteriormente por Monte das Ladeiras/Boavista, imediatamente a seguir ao entroncamento com a Estrada Velha do Couço. -----

- Sejam atribuídos os números de polícia aos prédios existentes e sem qualquer registo ou que colidam com o ordenamento geral. -----

- Da deliberação seja dado conhecimento aos moradores e proprietários bem como interessados (Junta de Freguesia, CTT/CDP, Código Postal, GNR, Finanças, Conservatória do Registo Civil). -----

A **Câmara Municipal** de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, atribuindo a designação toponímica de Rua de Santo António”

ao troço de via compreendido entre a Rua Catarina Eufémia e a Ex. EN 251 no acesso aos últimos prédios sitos na encosta designada anteriormente por Monte

das Ladeiras/Boavista, imediatamente a seguir ao entroncamento com a **Estrada Velha do Couço**, assim como a atribuição dos números de polícia aos prédios existentes e sem qualquer registo ou que colidam com o ordenamento

geral, em conformidade com plantas anexas à presente informação, nos termos da alínea ss) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, bem como dar conhecimento aos moradores e proprietários bem como interessados (Junta de Freguesia, CTT/CDP, Código Postal, GNR, Finanças, Conservatória do Registo Civil).-----

----- **Ponto um - três: DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que na sequência do requerimento anexo apresentado pela **Sra. Lucinda de Fátima Valente Vieira Simões**, venho informar que pretendem vender o imóvel situado na Rua Vereador José

Canelas n.º 5, no Loteamento Municipal de Malarranha - 2.ª Fase, Lote 2, na freguesia de Pavia, pelo valor de 92.000,00 € (noventa e dois mil euros), sendo que já têm comprador. No entanto, poderá a Câmara Municipal ter interesse de compra.-----

Nos termos do n.º 1 do art. 19.º do Regulamento de Cedência de Lotes de Terreno em Loteamentos Municipais, a Câmara Municipal goza do direito de preferência em primeiro grau, nas transmissões intervivos dos direitos sobre os lotes e respectivas edificações. -----

Propõe-se que a Câmara delibere sobre o interesse em usar o direito de preferência pelo valor indicado ou em prescindir do mesmo, permitindo a transação com terceiros. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não usar o seu direito de preferência, autorizando assim o proprietário a proceder à venda do referido imóvel. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: ASSOCIAÇÃO DOS CAÇADORES DE MORA - PEDIDO DE MATERIAIS:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que face ao pedido de apoio, em anexo à presente informação, propõe-se a cedência dos materiais solicitados (areia, 35 tijolos e 5 sacos cimento), para as obras de melhoramento e manutenção da sede da **Associação dos Caçadores de Mora**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, concedendo o referido material à **Associação dos Caçadores de Mora**, destinado a apoiar nas obras de melhoramento e manu-

tenção da sua sede , ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor.-----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.130.520,36€, dois milhões cento e trinta mil quinhentos e vinte euros e trinta e seis cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor **67.689,41 €, sessenta e sete mil seiscientos e oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos.** -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **33.517,09€, trinta e três mil quinhentos e dezassete euros e nove cêntimos.** -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas.** ---

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **95.442,37 €, noventa e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois euros e trinta e sete cêntimos.** -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E**

AMBIENTE: -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA**

CÂMARA: A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou,** adjudicar à firma Regiset - Comunicação e Artes Gráficas da Região de Setúbal, S.A., NIPC: 501955313, a "Impressão do Boletim Municipal e Material de Divulgação Turística do Município de Mora", pelo valor de € 50.832,00€, (cinquenta mil oitocentos e trinta e dois euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou,** abrir procedimento tipo Consulta Prévia para execução da empreitada de "Pinturas de edifícios municipais - Fase 7, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

J.A.V. - Materiais de Construção, Lda. - Contribuinte: 500 330 964; -----

José Garcia Relvas - Construção Civil Unipessoal, Lda. - Contribuinte. 509 913 016; -----

Sociedade Construções Cabeçanense, Lda. - Contribuinte: 506 394 433; -----

Gabriel Mendes, Lda. - Contribuinte. 504 277 243. -----

Mais determino que o júri do presente procedimento seja constituído por: -----

Efetivos: -----

Presidente: António Godinho Mourão Costa;-----

Vogal: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; -----

Vogal: Vitor da Silva Mendes;-----

Suplentes: -----

Lénia Maria Risso Branco; -----

Ana Sofia N. de O. S. C. da Silva Mendes. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 38.000,00€. -----

- **Em que determinou**, anular o procedimento por Consulta Prévia CPr 15/2019, "Fornecimento contínuo de bens alimentares e de limpeza" por todas as propostas terem sido excluídas, em conformidade com a alínea b) de nº 1 do artigo 79ª, do Código dos Contratos Públicos". -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Fornecimento contínuo de bens alimentares e de limpeza", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 09 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Cooperativa de Consumo Popular de Cabeção, SRL.- Cont: 500596336; -----

Coop-Brotense Cooperativa de Consumo, SRL.- Cont: 500595828; -----

António Manuel Aniceto da Silva - Cont: 199832838. -----

Determino também que os Membros do Júri sejam os seguintes: -----

Efetivos: -----

Presidente: José Manuel Ribeiro Pinto. -----

Vogal: António Luís Fernandes Carlos. -----

Vogal: João Augusto Pires dos Santos. -----

Suplentes: -----

António Alberto Nunes Vitorino. -----

Ana Luisa Salgueiro Canelas. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 10.000,00€. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para, " Plano Integrado e Inovador Combate ao Insucesso Escolar, Município de Mora - Salas do Futuro - Aquisição de Equipamento", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determino que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Novabit, Lda. - NIF: 503411302; -----

Big Spot Lda. - NIF: 509638732; -----

Factor Volúvel, Lda. - NIF: 513900780. -----

Determino também que os Membros do Júri sejam os seguintes: -----

Efetivos: -----

Presidente: Vitor da Silva Mendes; -----

Vogal: Vicência Romão Santos Veladas de Sá Magalhães; -----

Vogal: Pedro Miguel Moscatel Pisco. -----

Suplentes: -----

Inês Margarida Caramujo Biléu; -----

Elsa Dora Marques Galvão; -----

Determino também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 27.800,00€ (vinte sete mil e oitocentos

euros). -----

- Considerando que no procedimento por Concurso Público CP 02/2019, "Requalificação da rua 25 de Abril em Cabeção, 2º Fase", todas as propostas foram excluídas por apresentarem um preço contratual que seria superior ao preço base, determino, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 80.º, ambos do CCP, a anulação do procedimento e a revogação da decisão de contratar constante do meu despacho datado de 04 de junho de 2019. -----

----- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA DETRANSORTE:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes associações:

- **Associação Jovens da Malarranha**, para apoio no transporte da Associação “Tocar a Emoção”/Bombos de Pavia para uma atuação nas Festas de Malarranha, no próximo dia 17 de Agosto; -----

- **ASDIC**, para uma deslocação a Abrantes, no dia 29 de Setembro. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-----